

Formulário de Inscrição de Boas Práticas - 4666266**INFORMAÇÕES GERAIS****Título:**

Manual de Remessa ao 2º Grau no PJe

Unidade de Implantação:

Distribuição do 2º Grau

Data de Implantação:

04/09/2023

Palavras-chave:

Manual de Remessa

Beneficiários:

Unidades Judiciárias de 1º Grau, Servidores, Magistrados, Advogados e Sociedade

EQUIPE

Informar o nome dos responsáveis e autores (integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí) pela prática com seus respectivos contatos (CPF, e-mail e telefone). O número de membros da equipe não pode ser superior a 10 (dez).

1. Alan da Silva Rodrigues
CPF: 070.935.673-04
alan.rodrigues@tjpi.jus.br
(86)995350364

2. Vanessa Martins Cardoso
vanessa.cardoso@tjpi.jus.br

Parceiros:ASCOM
SECPRE**INFORMAÇÕES SOBRE A PRÁTICA**

Qual(is) finalidade(s) sua prática se encontram em consonância com o Art. 4º Provimento Conjunto 88/2023:

A- Estar alinhada ao Plano de Gestão e/ou Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Piauí:

Sim

B- Aprimorar algum processo de trabalho do Tribunal:

Sim

C- Agilizar a prestação jurisdicional:

Sim

D- Promover a satisfação do jurisdicionado:

Sim

E- Servir de referência para aplicação em outros órgãos públicos:

Sim

F- Contribuir com as práticas sociais, a sustentabilidade, a otimização de despesas e outros aspectos significativos aos serviços:

Sim

Caso responda "sim" ao item F, na última hipótese elencada, cite o aspecto significativo:

Contribui com a celeridade processual e imagem do poder judiciário perante a sociedade

Qual(is) o(s) eixo(s) temático(s) do Art. 2º, §2º Provimento Conjunto 88/2023 e do Portal de Boas Práticas do CNJ?

A- Gestão processual:

Sim

B- Transparência:

Não

C- Planejamento e Gestão Estratégica:

Não

D- Desburocratização:

Não

E- Gestão Documental:

Não

F- Gestão de Pessoas:

Sim

G- Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação:

Não

H- Conciliação e Mediação:

Não

I- Combate à Violência Doméstica:

Não

J- Sistema Carcerário, Execução Penal e Medidas Socioeducativas:

Não

L- Acesso à Justiça:

Não

M- Gestão orçamentária:

Não

N- Auditoria:

Não

O- Sustentabilidade e Meio Ambiente:

Não

P- Acessibilidade:

Não

Q- Combate ao assédio e à discriminação:

Não

R- Cooperação Judiciária Nacional:

Não

S- Previdência e Assistência Social:

Sim

T- Infância e Juventude:

Não

U- Povos e Comunidades Tradicionais:

Não

V- Justiça Restaurativa:

Não

W- Justiça e Cidadania:

Sim

Y- Saúde:

Não

Descrição resumida da prática:

Consiste na elaboração de Manual remessa com orientações para a devida remessa ao 2º grau no PJe de forma detalhada com coordenadas e exemplos, visado orientar as unidades judiciárias de 1º grau e contribuindo com a

celeridade do processamento de recursos no 2º grau de jurisdição.

Identificação do problema:

Foi observado após análises e estudos realizados pela equipe do projeto na Distribuição de 2º Grau da constante existência de erros de remessa e seus impactos no tempo tramitação dos processos em grau de recurso, sobretudo se tratando da classe Remessa Necessária e Apelação Cível, ocasionando uma mora de em média 3 meses a mais que os processos remetidos corretamente ao 2º grau.

Metodologia (passo a passo):

1. Análise e Estudo de processos com erro de remessa
2. Elaboração do E-book Manual de Remessa ao 2º Grau no PJe
3. Divulgação do Manual para as unidades judiciárias de 1º grau
4. Estudo de impacto

Descrição da iniciativa detalhadamente (nesse campo, espera-se que seja realizado o detalhamento da implementação da prática, para que ela seja passível de replicação por outros Tribunais, para demonstrar todas as atividades e ações que contribuíram para o alcance do objetivo proposto):

O presente manual foi criado com o objetivo de orientar as Unidades Judiciárias de 1º instância a realizar a remessa dos autos do 1º grau de jurisdição à instância superior por remessa interna no sistema PJe, buscando facilitar o acesso às informações processuais e agilizar a prestação jurisdicional. Nesse sentido, as Unidades Judiciárias de 1º Grau de jurisdição, devem observar alguns aspectos quanto ao uso da funcionalidade remessa ao 2º grau nos processos do PJe, devendo adotar as recomendações deste Manual nos seus processos internos durante a execução da tarefa de remessa no PJe.

Recursos utilizados (equipamento, orçamento, sistemas utilizados):

Google Documentos
SEI
PJe

Resultados e benefícios alcançados:

- Celeridade Processual
- Prevenção a erros de remessa
- Otimizar o trabalho no 2º grau

Lições Aprendidas:

Direcionamento as unidades de 1º grau, otimiza o trabalho no 2º grau e reduz o tempo de tramitação dos processos, evitando retrabalho.

Dificuldades encontradas:

Design do PDF



Documento assinado eletronicamente por **Alan da Silva Rodrigues, Estagiário**, em 01/09/2023, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4666266** e o código CRC **C193EB38**.